



**Forma e conteúdo de uma democracia em movimento: os artigos de Fernando Henrique Cardoso na *Folha de São Paulo* e o processo de redemocratização (1976-1983)**

RICARDO DUWE\*

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo apontar algumas possibilidades de pesquisa em torno do processo de redemocratização durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) a partir de uma análise dos artigos do então sociólogo Fernando Henrique Cardoso publicados no jornal *Folha de São Paulo*. Busca-se promover reflexões em torno do papel da imprensa no referido período, bem como da posição conferida a Cardoso pelo periódico enquanto colunista e um intérprete do processo de abertura então vigente.

**Palavras-chave:** Democracia; Ditadura; Fernando Henrique Cardoso; partidos políticos; imprensa

Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*<sup>1</sup>, no qual discorria de modo otimista a respeito das *novas* formas de organização da sociedade brasileira contra as diversas expressões do autoritarismo vigente, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso<sup>2</sup>

---

\* É mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é doutorando do curso de Pós-Graduação em História da UFSC e bolsista CNPq.

<sup>1</sup> De acordo com Gisela Taschner, a empresa surge sob o nome de *Folha da Noite*, fundada por jornalistas que queriam compensar seus rendimentos com o fechamento da edição vespertina de *O Estado de São Paulo* – este atuante desde 1875. No ano de 1925 a mesma lançou um segundo jornal de circulação matinal, intitulado de *Folha da Manhã*, e no ano de 1949 surgiu um terceiro para cobrir as demandas e notícias do período vespertino, a *Folha da Tarde*. Somente no ano de 1960 os três jornais seriam unificados sob o título de *Folha de São Paulo*. No ano de 1962, a *Folha* seria comprada pelo grupo empresarial dos sócios Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, constituindo um grande conglomerado ao longo das décadas de 1960 até 1980, sob a posse de outros jornais e atividades em ramos diversos como a *Granja Itambi* de Frias, uma das maiores do país no período. De acordo com Taschner, entre 1971 e 1978, os jornais do grupo detinham uma média de 42,8% do mercado de venda avulsa na Grande São Paulo. Quase o dobro do grupo responsável pelo *Estado de São Paulo* (24,3%), seu concorrente mais próximo. Cf: (TASCHNER, 1992).

<sup>2</sup> Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República por duas vezes (1995-1999 e 1999-2003), Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994), tendo também atuado por duas legislaturas como senador pelo estado de São Paulo (1983-1986 e 1987-1992). É descendente de uma família de proeminentes membros das elites militar e política oriundos do Estado de Goiás. Cardoso formou-se bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1952, vindo a ser posteriormente professor da mesma instituição. Com a repressão oriunda do golpe de 1964, opta pelo exílio no Chile, onde reside até 1967 e atua na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e

tecia duras críticas à repressão policial praticada por agentes do Estado nas periferias de São Paulo durante a ditadura militar. E ao relatar a sua participação em uma assembleia promovida por membros das Comunidades Eclesiais de Base da região de Osasco-SP, demonstrava-se admirado com a capacidade dos habitantes de convocar a população local para discutir uma questão de propriedade de terras de forma pública, valendo-se da assessoria de advogados da Comissão de Direitos Humanos e convidando para a sessão tanto a parte acusada – o abastado proprietário de um lote de terras que teria obtido o mesmo por meios ilegais - quanto autoridades e políticos locais. O resultado da assembleia em si não foi o que mais interessou Cardoso, pois o proprietário insistiu que o assunto era *caso de polícia* e negou a legitimidade dos requerentes, mas a forma de resistência adotada pelos moradores foi o que lhe chamou mais atenção, ao ponto de afirmar: “É isto aí. É assim, de baixo para cima, que se pratica uma democracia que vise a mudar de fato a ordem social injusta” (CARDOSO, 22/06/1980, p.3).

Datado de 22 junho de 1980, o referido artigo de Cardoso encontra-se inserido em um contexto de intensas lutas sociais e mobilizações em prol do estabelecimento de um sistema político democrático no Brasil em detrimento do autoritarismo consolidado com o golpe de Estado civil-militar de 1964.<sup>3</sup> Embora fosse um dos termos mais presentes nos debates políticos do período, o conceito de *democracia* parecia carecer de uma definição precisa. Os agentes sociais que clamavam por *democracia* conjugavam as suas demandas e anseios em tempo futuro – um constante *vir a ser* – mas possuíam divergências ou pouca precisão na definição do termo. Este exercício de imaginação e luta política também definia a tônica do próprio processo histórico que estava sendo constituído, pois levantava questões passíveis de atribuir forma e sentido aos enfrentamentos políticos, sendo uma delas essencial para este artigo: esta *democracia* deveria ser constituída *pelo* povo ou *para* o povo?

---

Caribe). Entre 1967 e 1968 passou a lecionar na Universidade de Paris X – Nanterre, tendo neste período também ministrado aulas na Escola de Altos Estudos Sociais (França). No final do ano de 1968 retorna ao Brasil e passa novamente a lecionar na USP, porém é aposentado compulsoriamente pelo decreto-lei 477 em 1969. Esta situação o leva a fundar e atuar no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) ao longo da década de 1970. Também nesta década, Cardoso lecionou como professor convidado em Princeton (EUA) e Cambridge (Inglaterra). Cf: (BEAL, 2015).

<sup>3</sup> Para uma discussão historiográfica em torno do processo de redemocratização Cf: (SILVA, 2007).

Sob este contexto histórico específico de conflitos e tensões do processo de redemocratização brasileiro, busco analisar os textos redigidos por Fernando Henrique Cardoso para a *Folha de São Paulo* durante os anos de 1976 e 1983. Convém explicitar que o recorte temporal adotado é justificado devido ao fato deste ser o período de maior contribuição de Cardoso para o jornal.<sup>4</sup> Embora tenha contribuído previamente com produções textuais para jornais da *imprensa alternativa*, como o *Movimento* e *Opinião*, a parceria com um veículo da grande imprensa empresarial como a *Folha* iniciou-se somente no ano de 1976. Destaco também que apesar de Cardoso seguir contribuindo de forma esporádica para o jornal até os tempos atuais, as suas produções reduziram em larga medida a partir do ano de 1983, quando assumiu o cargo de Senador no Congresso Nacional pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Ao propor uma escala de análise reduzida à uma trajetória individual, tenho o intuito de exercitar as possibilidades de se investigar o referido processo por meio das contradições, acordos e estratégias de Cardoso em um período em que este atuava politicamente em duas frentes distintas. Se por um lado foi um agente histórico de influência crescente na esfera da política institucional, atuando como liderança de uma oposição consentida contra a ditadura, de forma concomitante, também exerceu um papel influente na grande imprensa empresarial como agenciador narrativo das disputas desta mesma esfera, atribuindo forma e sentido para estes conflitos a partir do espaço da mídia impressa, ganhando destaque também como um intérprete do processo de redemocratização.

### **A democracia em movimento: pelo povo ou para o povo?**

“Por certo, a Democracia não é inevitável. Mas tampouco o é o autoritarismo”. Esta breve constatação de Cardoso, em seu texto *Democracia, hoje* de 28 de junho de 1976, faz parte um argumento maior com vistas de atacar a retórica oriunda de setores do governo que defendiam a tese de que a sociedade brasileira ainda não estaria

---

<sup>4</sup> Neste período, Cardoso contribuiu com 69 artigos para o jornal, sendo que entre estes: 27 foram publicados na seção *Tendências/Debates* durante os anos de 1976, com Cardoso dividindo espaço com outros autores de diferentes posturas políticas, como o militar, senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, o sociólogo Gilberto Freyre, o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio e o filósofo Leonardo Boff; e 42 foram publicados a partir de 1981 em coluna própria no caderno *Opinião*.

preparada para um retorno a um regime democrático. Ao concluir sua reflexão, Cardoso ressaltou: “se ficarmos a repetir como papagaios que o *povo ainda não está maduro* e que nossa sociedade é desorganizada por razões histórico-estruturais, apenas fortaleceremos o autoritarismo” (CARDOSO, 28/09/1976, p.3). Mas, para além de se constatar um enfrentamento por parte de Cardoso perante as tentativas do regime de ditar o ritmo do processo de transição democrática, há uma outra chave de leitura possível para estas passagens de seu texto: a das incertezas dos setores de oposição em relação a própria existência de uma transição democrática no período e dos termos em que esta poderia ser constituída.

Tais apontamentos são deveras relevantes para esta pesquisa, pois partem da necessidade de se pensar os conflitos do período a partir das expectativas, hesitações e projeções de futuro dos atores sociais envolvidos em tais embates. Para operacionalizar tal proposta, sirvo-me dos conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, ambos desenvolvidos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Em seus termos, *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* devem ser entendidas como “duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro”. Ademais, as mesmas podem auxiliar no exercício de “tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político” (KOSELLECK, 2006, p.308).<sup>5</sup> Portanto, de acordo com Koselleck, é a partir das tensões e inter-relações entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* que o tempo histórico é formado, sendo possível perceber a partir destas categorias os modos pelos quais os atores sociais percebem e entrelaçam o passado e o futuro nas esferas do social e do político.

Outra importante contribuição de Koselleck é a sua leitura de que a partir do século XVIII, principalmente com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa,

---

<sup>5</sup> De modo mais pormenorizado, cada uma destas categorias podem ser definidas da seguinte maneira: A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (*Idem, Ibidem.* p.309-310).

ocorreu uma *aceleração* no tempo histórico. Uma das características deste fenômeno possui relação com uma carência na correspondência entre a *experiência* acumulada e a geração de *expectativas* cada vez mais distantes do presente, sendo este a base para o surgimento dos *conceitos de expectativa* ou *conceitos de movimento*. Estes últimos, são aqueles que indicam o princípio de um movimento histórico e impulsionam a ação política rumo ao futuro. Inspirados por uma perspectiva de que o presente deve ser superado, estes conceitos encontram-se influenciados por uma noção de *progresso*, no qual as sociedades deveriam caminhar para um outro modo de organização social e política que apenas seria possível de ser realizado no futuro. São conceitos que servem para “antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente”, colocando todas as formas prévias de governo conhecidas até então como insuficientes para dar conta da nova realidade sociopolítica que almejava-se implementar (*Idem, Ibidem*, p.325-326).

Nos artigos de Cardoso para a *Folha de São Paulo* é possível observar um grande esforço do autor em utilizar o conceito de democracia como um *conceito em movimento*, buscando antecipar o movimento histórico do fim do autoritarismo e a implementação de uma democracia, influenciando-o por meio da pressão política e insistindo na insuficiência do autoritarismo como forma de governo, o qual deveria ser superado pela constituição de um regime democrático. Todavia, embora houvesse um considerável consenso no campo das oposições em relação a necessidade de se superar o autoritarismo, questões importantes constituíam o debate em torno da possibilidade de se constituir de fato uma democracia. Afinal, o que distinguiria a *democracia* de outras formas de governo? O exercício da representatividade política, no qual uma sociedade pode eleger o/a Presidente/a da República? A formação de uma Assembleia Constituinte sob moldes não autoritários como a de 1967? Um país governado sob o regime das leis e não do arbítrio das Forças Armadas?

De acordo com Ellen Meiksins Wood, ao passo que o capitalismo desenvolvia-se, as próprias relações políticas foram profundamente afetadas, implicando em alterações no conceito de democracia. A principal alteração desta nova configuração sociopolítica pode ser identificada no fato da exploração dos capitalistas não depender mais diretamente do seu poder político e militar, mas de uma extração da *mais valia* sob critérios puramente econômicos. Assim, ainda seguindo o raciocínio de Wood, se em

sua origem grega o conceito remetia a ideia de poder popular, com estas mudanças de ordem estrutural, tornou-se “possível ter um novo tipo de democracia que esta confinada a uma esfera puramente política e judicial – aquilo que alguns denominam democracia formal– sem destruir os alicerces do poder de classe” (WOOD, 2007, p.424)

Ao analisar a redefinição do conceito de democracia nos EUA a partir da sua Constituição, Wood identifica mudanças nos seus dois componentes essenciais: o *demos* (o povo) e o *kratos* (o poder). Entre as principais alterações, pode-se notar a perda do caráter de classe na noção de *povo*, entendendo-o como uma categoria abstrata de ordem política antes que uma categoria social. Nestes termos, o *povo* compreenderia todos aqueles que possuíssem certos direitos civis em comum, mas limitados por uma noção de *cidadania passiva*, tendo em vista que o *kratos* tornou-se compatível com a noção de *democracia representativa*. Para Wood, tal estratégia ideológica encontra-se bem exemplificada nos termos do filósofo liberal John Stuart Mill, ao descrever

o progresso político em termos do conflito entre autoridade e liberdade ou bem aquilo que em ocasiões ele denominou o império da violência versus o império da lei ou a justiça. Não se tratava da disputa entre ricos e pobres ou entre exploradores e classes exploradas. Nestas histórias, a ênfase não está posta na ascensão da gente comum, o *demos*, a altos níveis de poder social. Pelo contrário, o acento está posto na limitação do poder político e a proteção contra a tirania e sobre a crescente liberação do cidadão individual em relação ao Estado, das regulações comunais e das identidades e laços tradicionais. Os heróis nestas histórias não são quem tem lutado pelo poder das pessoas (os *levellers*, os *chartists*, os sindicatos, os socialistas, etc.). Em seu lugar, nossos heróis pertencem às classes proprietárias que conceberam para nós nossa Carta Magna –a tão lembrada Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra– e a Constituição dos Estados Unidos (*Idem, Ibidem*, p.427-428).

Estas linhas dedicadas às contribuições de Koselleck e Wood são de fundamental importância para instrumentalizar a análise dos artigos de Fernando Henrique Cardoso. Embora seja uma tônica comum nos textos de Cardoso o uso do conceito de democracia sob a forma de um *conceito de movimento*, existe uma ambiguidade ao que tange o conteúdo do mesmo. Em seus argumentos, é possível encontrar passagens que enfatizam a importância da constituição de uma democracia *pelo povo*, com a sua participação direta, defendendo a necessidade de se “dar a voz aos que estão roucos para que possam dizer o que sentem seus estômagos (...) do que

continuar a fazer discursos sob o pretexto de que só a elite é iluminada e o povo brasileiro é incapaz de definir suas necessidades e anseios” (CARDOSO, *op.cit.*, 28/09/1976. p.3). Todavia, em outro artigo lançado duas semanas depois do previamente citado, pode-se encontrar uma passagem em que Cardoso alega enfaticamente: “não há democracia, nem qualquer sistema político capaz de lidar com sociedades urbano-industriais e de massa, que dispense uma elite e uma liderança sensível e capaz” (CARDOSO, 12/10/1976. p.3). Uma defesa típica de uma *democracia formal* ou *representativa*, na qual as elites cumprem a função de atender as demandas para a população por meio de instituições liberais (partidos, câmaras legislativas, etc.).

Tal paradoxo entre os posicionamentos de Cardoso coloca um grande questionamento em torno de como se proceder com uma análise da trajetória de um indivíduo imerso nas contradições de seu tempo. De que modo interpretar esta aparente incoerência? Considero deveras relevante destacar que tais tensões não podem ser reduzidas apenas como parte de uma trajetória individual, mas constituinte de um processo histórico que possui desdobramentos peculiares de acordo com a escala utilizada para a sua observação. Encontro-me de acordo com Giovanni Levi quando este expressa a necessidade de se “manter um bom equilíbrio entre trajetória individual e o sistema social como um todo”. Em suas palavras, “uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica” (LEVI, 2006, p.176).

Caminho ao encontro de Jacques Revel quando este sugere que existem benefícios heurísticos a serem explorados na variação da escala com a qual o pesquisador analisa o seu objeto, sendo uma das vantagens da *micro-análise* a “convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p.438). Dando seguimento ao seu raciocínio, o autor propõe que ao se reduzir a escala de observação para a análise de um grupo social ou de um indivíduo, pode-se perceber as ações dos agentes históricos, suas incertezas, escolhas, e usos estratégicos das regras sociais. Desta forma, as análises desta pesquisa buscam levar em conta duas precisas indicações de Revel. A primeira diz a respeito a necessidade de que “os atores sociais – os do passado que os historiadores

estudam e os do presente – sejam recolocados no coração dos processos sociais e que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos”. E a segunda argumenta que “o meio de compreender esses processos em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis” (*Idem, Ibidem*, p.442-443).

A abordagem que pretendo desenvolver caminha por esta vertente ao buscar promover este *jogo de escalas*, transitando entre as esferas *micro* e *macro*, demonstrando os benefícios de articulá-las para se compreender um processo histórico. As décadas de 1970 e 1980 são muito importantes para uma análise da trajetória política de Cardoso, pois esta passa por transformações consideráveis que acabam por ir ao encontro de uma maior conformação com um projeto de construção de uma democracia limitada as vias institucionais e formais. Seria possível reduzir estas mudanças na atuação política de Cardoso meramente ao âmbito da sua esfera privada? Ou tal mudança poderia ser lida também como um indício para se compreender as diversas dinâmicas e particularidades do processo de transição? Quais as possíveis relações e mediações da *Folha* com esta trajetória e este processo de redemocratização?

### **A construção midiática de FHC na *Folha de São Paulo***

Após as eleições de 1978, na qual concorreu ao cargo de Senador pelo Estado de São Paulo, mesmo derrotado pelo correligionário André Franco Montoro (MDB/PMDB-SP), Fernando Henrique Cardoso foi entrevistado pela *Folha*. O produto final desta entrevista foi publicado em uma portagem de quatro páginas no caderno *Folhetim*. Com vistas de se promover uma espécie de balanço da campanha de Cardoso e sondar perspectivas futuras do novo suplente do MDB paulista no Senado, o repórter Jefferson del Rios indagou: “como o senhor espera liderar ou articular dentro do MDB o leque ideológico que se formou em torno da sua candidatura?”. Ao responder tal questionamento, Cardoso define que a sua posição dentro do campo das oposições seria a “de aglutinação das várias tendências do setor autêntico, incluindo o setor liberal do partido”. Três razões seriam evocadas pelo entrevistado para justificar e legitimar o seu espaço enquanto uma liderança capaz de articular distintos grupos dentro do MDB: 1) a sua “ligação direta e pessoal (...) com uma boa parte da bancada recém-eleita [do MDB]”; 2) sua “ligação direta muito boa com a liderança nacional do MDB”; e 3)

“porque eu escrevo e vou continuar escrevendo, principalmente na *Folha*” (CARDOSO, 26/11/1978, p.4). O agenciamento narrativo promovido pela *Folha* para construir, legitimar e elevar a imagem de Cardoso enquanto uma figura política digna de destaque no referido contexto é ainda mais realçada na chamada da referida reportagem. Nesta, Del Rios apresenta Cardoso da seguinte maneira:

É um homem que transmite uma clara sensação de vitória. (...) Ele é brilhante e apaixonado na exposição de suas ideias, qualidades que se juntam a sua fina habilidade no tratar de assuntos controversos. Com uma presença física convincente e uma oratória moderna, despida de teatralismos, Fernando Henrique Cardoso sabe que conquistou um espaço de atuação política e vai usá-lo. O professor veio para ficar (*Idem, Ibidem*, p.3).

Ao discorrer sobre a narrativa política constituída pela *Folha* a respeito do processo de redemocratização, Reinaldo Lindolfo Lohn destaca a atuação da grande imprensa empresarial no período enquanto cronista e elaboradora dos registros do cotidiano da política, bem como na definição de marcos temporais de um processo histórico que constituía-se também por meio de uma narrativa na qual a imprensa lhe oferecia sentido, forma e conteúdo. Assim, para o autor, esta tessitura narrativa do jornal sublinhou e selecionou “interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal consentida e, mesmo, aos governantes que, embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social” (LOHN, 2013, p.75). Ao desenvolver tal premissa, Lohn destaca:

Este repertório envolveu a difusão de uma terminologia política que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou os oponentes ao regime: democracia, voto, justiça eleitoral, cidadania, direitos, liberdade de imprensa, entre outros. Outro tipo de terminologia tendeu a perder espaço, tanto o associado à esquerda, como revolução, vanguarda combativa, luta direta e armada, quanto aquele vinculado à direita: ordem, hierarquia, autoridade ou conservação. A transição, assim montada, procurou limitar o processo de democratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo, representado politicamente pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional — posteriormente, PDS: Partido Democrático Social) e a maior parte da oposição que se abrigava sob a legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro — posteriormente, PMDB:

Partido do Movimento Democrático Brasileiro), além de outros partidos políticos criados depois de 1979. (*Idem, Ibidem*, p.75-76).

Assim, deve-se ressaltar que uma análise dos artigos e contribuições de Cardoso para a *Folha* no recorte temporal proposto demonstra que o próprio acabou por cada vez mais se adaptar e se conformar aos termos desta *democracia representativa*. Nas suas primeiras incursões como escritor do jornal, na seção *Tendências/Debates*, Cardoso apresentava uma postura mais híbrida, ora adotando palavras de ordem mais combativas, tal como ao afirmar que “o autoritarismo reformado não é suficiente para satisfazer os apetites democráticos”, ora incorporando tons mais moderados ao seu discurso, objetivando arrefecer posturas mais radicais no combate ao regime (CARDOSO, 01/12/1977. p.3).

Possivelmente, o momento em que Cardoso mais destoou do agenciamento narrativo da transição democrática proposto pela *Folha* foi durante as greves do ABC. Em um primeiro momento, a postura do periódico buscava silenciar os avanços do movimento, promovendo a cobertura do mesmo a partir de notícias dispersas no caderno de *Economia* - as quais enfatizavam em larga medida o discurso das lideranças empresariais a respeito do movimento (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/05/1978, p.18). Por sua vez, em seu artigo de 28 de maio de 1978, intitulado *Os trabalhadores e a democracia*, Cardoso oferecia uma chave interpretativa diferenciada e que destoava da tônica predominante do jornal. Em seus termos, as greves poderiam ser assim definidas:

É a democratização em marcha, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança. (...) E é por isso também que todos os que têm interesse real no fim do autoritarismo e não se limitam a pensar a democracia como uma gaiola de cristal para fazer resplandecer o interesse das oligarquias e das elites, saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor (CARDOSO, 28/05/1978, p.3).

Entretanto, a postura de Cardoso mudaria de forma substancial no decorrer dos anos. Em palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília em maio de 1983, intitulada *Transição para onde?*, evoca uma defesa de que devido a incapacidade da

sociedade civil brasileira se organizar e pressionar os caminhos do processo de redemocratização, o movimento acabou por restringir-se ao controle do Estado e “dos mesmos setores, ou de parte significativa dos setores que desencadearam o processo de 1964”, sendo que tal característica consolidou-se “não por falta de vontade, não por falta de consciência nem de lucidez sobre a situação”, mas “por falta de força da sociedade para avançar mais” (CARDOSO, 1985, p.13-16). Assim, ao longo de seu texto, sua visão entusiasta das greves do ABC no passado ganhou um novo significado muitíssimo mais pessimista, ao ponto em que se afirma que “mesmo nos casos mais vibrantes, que foram as greves de São Bernardo, especialmente em 1979 e 1980, mesmo nesses casos, quando se analisa com a perspectiva, não da paixão, mas com o ânimo de entender, foi quase patético” (*Idem, Ibidem*, p.15). Como pode-se perceber na citação abaixo, o caminho da institucionalidade e dos acordos formais passa a ser a tônica predominante dos discursos de Cardoso:

Então, neste momento de transição, temos que olhar muito para essa institucionalidade. (...) Somos co-autores no sentido de que não sabemos nos organizar, ter força suficiente para fazer diferente, e com o tempo, porque não fizemos diferente, então jogamos este jogo. Qual é este jogo? Este jogo é o das transformações limitadas. É o jogo dos avanços que estamos conseguindo, mas que não são pactados. (...) Somos parte. Se estamos num jogo político, se estamos num partido, mesmo protestando, e protestamos (não se trata de questão moral de consciência, não estou julgando ninguém), estamos dentro de certo marco institucional. Então, temos que assumir a responsabilidade de estarmos nele. É uma atitude cômoda a de pensar que não se está. (*Idem, Ibidem*, p.24-25).

Ao passo que esta mudança de postura de Cardoso em torno do processo de transição é um fenômeno de importância central para os objetivos deste artigo, cabe ressaltar alguns importantes elementos para se abordar este movimento em prol de uma defesa tão enfática das vias institucionais. Em primeiro lugar, demonstra-se imprescindível entrecruzar este depoimento emitido no mês de maio de 1983 com os seguintes eventos de sumária importância ocorridos em março e abril do mesmo ano e que serão expostos em sua ordem cronológica: a) por meio das eleições de novembro de 1982 - as primeiras eleições diretas para governadores de Estado desde 1965 - André Franco Montoro assumiu no dia 15 de março de 1983 o posto de Governador do Estado

de São Paulo;<sup>6</sup> b) na mesma data, Fernando Henrique Cardoso assumiu o cargo de Senador no Congresso Nacional; c) entre os dias 4 e 7 de abril, manifestações realizadas na Grande São Paulo contra o desemprego e o arrocho salarial são caracterizadas por grandes multidões que promovem quebra-quebras, saques e atos públicos cobrando medidas dos poderes constituídos, sendo estas fortemente reprimidas pelo governo Montoro; d) em eleição interna do PMDB paulista, Fernando Henrique Cardoso é eleito, no dia 12 de abril de 1983, Presidente do Diretório Regional do partido; e) por fim, no dia 11 de maio, na condição de governador do Estado, legitimado pelos mecanismos institucionais do regime militar, Montoro nomeia Mário Covas (PMDB-SP) prefeito da cidade de São Paulo.

As manifestações de abril de 1983 na Grande São Paulo inseriam um elemento novo na dinâmica do processo de redemocratização. Este elemento novo não necessariamente advinha do caráter transgressor das manifestações, ou de seu conteúdo violento, nem da prática de furtos de alimentos por grandes multidões, mas em especial por ser uma das primeiras experiências em que formas organizadas e não-organizadas da sociedade paulista – em especial dos setores mais pobres e marginalizados que encontravam-se em situação de desemprego crescente devido a recessão econômica – buscaram requisitar soluções para os problemas da sua realidade cotidiana perante um Executivo Municipal e Estadual que, de forma inédita, encontravam-se sob o poder de representantes do PMDB. Deste modo, a conjuntura do período propiciou esta peculiar situação em que estes grupos populares pressionavam os *democratas* do PMDB a respeito dos significados práticos do processo de redemocratização, testando de forma inédita os limites deste último. Em outros termos, formas de *democracia direta* cobravam uma prestação de contas dos expoentes da *democracia representativa*.

A cobertura realizada pela grande imprensa empresarial a respeito das manifestações utilizou recursos típicos do seu repertório narrativo conservador para deslegitima-las. Todavia, a *Folha* encontrava-se em uma situação delicada, tendo em vista o seu apoio ao processo de redemocratização – mesmo que sob uma perspectiva diversa dos manifestantes. Portanto, o agenciamento narrativo proposto pelo periódico deveria contrabalançar e levar em consideração uma série de fatores, sendo essencial

---

<sup>6</sup> Dos 22 governadores eleitos no pleito, 12 pertenciam ao PDS, 9 ao PMDB e 1 ao PDT.

nesta operação escamotear ou minimizar as repercussões negativas do ocorrido para o governo Montoro e utilizar as manifestações como um exemplo da ineficiência das políticas econômicas do regime, valendo-se também de uma legitimação da repressão policial contra os manifestantes, sob o argumento de que os atos praticados por estes colocariam em risco o próprio processo de redemocratização. Tais estratégias foram operacionalizadas no editorial da edição de 7 de abril do jornal.<sup>7</sup>

Entretanto, no canto direito da mesma página em que encontrava-se o referido editorial, e cinco dias antes de assumir o cargo de Presidente do Diretório Regional do PMDB-SP, Cardoso valia-se da sua coluna própria na *Folha* para reforçar a linha narrativa adotada pelo periódico. Ao responsabilizar pelas manifestações tanto os setores conservadores contrários aos grupos que apoiavam o governo Montoro, quanto grupos de extrema-esquerda, o recém-empossado Senador criticava de forma dura os protestos de abril de 1983, inclusive, acusando-os de terem sido realizados em um momento propício para desestabilizar o também recém-empossado governo de Montoro. Em suas palavras:

Mais cedo do que se esperava, criou-se em São Paulo uma situação social-política que exige decisão, ação coordenada e firmeza. Ninguém discute, em sua consciência, a legitimidade da demanda social: aí estão o desemprego, a inflação acelerada, os juros escorchantes, os aluguéis que sobem na ciranda incessante dos reajustes. Tampouco se pode discutir a legitimidade de movimentos sociais que exigem solução para tudo isso, mesmo que se indague sobre sua oportunidade. O que espanta, no caso, é a demora da reação popular e a coincidência entre a posse de um governo eleito democraticamente e o acirramento de críticas, nem sempre cabidas. (...) Na verdade, a partir de manifestações sociais explicáveis (e importa pouco saber, no caso, se havia ou não algum grupo organizado por trás delas), tendo havido um fenômeno espontâneo de revolta que se generalizou – contra uma situação criada por política econômica do governo federal e não contra o PMDB ou o governo estadual – os setores conservadores da sociedade passaram a dar gritos

---

<sup>7</sup> “Diante do estilo autocrático que ainda prevalece na condução da política econômica nacional, as vozes representativas da sociedade paulista continuarão por certo a reivindicar o direito de ser ouvidas e levadas em conta. Enquanto isso não acontece, não resta ao governo e às lideranças sociais do Estado senão redobram a atenção aos sintomas da crise, evitando que descambem para uma violência que só interessa, em última análise, aos adversários da democratização do País. Nessa perspectiva, merece apoio toda iniciativa pública ou particular capaz de devolver um pouco de esperança às camadas da população mais fortemente atingidas pela recessão. Mas não se dispensará a intervenção enérgica da autoridade policial a qualquer princípio de tumulto, seja espontâneo ou maliciosamente provocado, que ameace restabelecer o império do medo nas ruas da cidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 7/4/1983, p.2).

de alarme para paralisar as tendências democratizadoras que o governo Montoro abriga ou alenta. É este o fundo político da questão. Existe uma tentativa de condicionar o governo Montoro, utilizando-se o fantasma da revolta social e da extrema esquerda, para frear qualquer mudança. (...) Ao governo estadual cumprirá, ao mesmo tempo em que se assegura os direitos da sociedade e o clima de respeito necessário à democracia, prosseguir sua meta democratizante e social. (...) Denunciando os aproveitadores de sempre que querem confundir o protesto legítimo com a baderna lúmpen que serve à direita. Aos partidos – ao PMDB e aos demais oposicionistas – caberá manter as condições políticas ao avanço democrático e a independência para cobrar as realizações governamentais necessárias para atravessarmos a difícil fase social do País (CARDOSO, 7/4/1983, p.2).

De acordo com levantamentos realizados por Sidnei Munhoz, as manifestações de abril de 1983 tiveram o seu epicentro no distrito de Santo Amaro, na região centro-sul da capital São Paulo, a qual caracteriza-se pela sua ampla industrialização. Nesta, dos 130 mil metalúrgicos empregados no ano de 1981, apenas 105 mil encontravam-se empregados em 1983, tendo muitos destes aderido aos protestos (MUNHOZ, *op.cit.*, p.12-13). Em seu texto *Ainda a greve* de 07 de maio de 1980, Cardoso utilizou o seu espaço na *Folha* para adjetivar as greves dos metalúrgicos do ABC como um “batismo de cidadania” de trabalhadores urbanos comprometidos com a democracia e “radicalmente contra as estruturas de opressão na sua integralidade, sociais, econômicas e políticas” (CARDOSO, 07/05/1980, p.3). Em 1983, os manifestantes de Santo Amaro não receberam o mesmo tratamento de sua parte. Tanto o indivíduo quanto os trabalhadores já haviam se transformado neste momento do processo de redemocratização e seus projetos afastavam-se de modo cada vez mais contundente.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como seu principal objetivo promover o exercício de explorar as múltiplas facetas de atuação política de Fernando Henrique Cardoso durante o processo de redemocratização por meio de um *jogo de escalas*. A partir do enfoque em seus textos publicados na *Folha*, pôde-se perceber como Cardoso utilizou este espaço também como instrumento para a ação política, agenciando narrativamente os eventos do cotidiano da política, ao passo em que também atribuía sentido a estes. Esta

complexa operação mobilizou certos repertórios de linguagem política com o objetivo de delimitar os conflitos do período sob determinadas balizas consideradas aceitáveis, elevando assim certos atores e grupos sociais, eventos e rituais da política institucional ao caráter de legítimos, operacionalizando também outros recursos retóricos para excluir demais agentes e projetos políticos que não coadunavam com os referidos termos.

Ao entrecruzar os percursos e comportamentos políticos de Cardoso e da própria *Folha*, parece razoável afirmar que ambos fizeram valer as distintas formas de legitimidade que um poderia oferecer ao outro. Por parte da *Folha*, as contribuições de Cardoso para o jornal conferiam um importante valor simbólico para o veículo enquanto um articulador de debates no âmbito público que contava com representantes da intelectualidade nacional e internacional. Se era do interesse do periódico angariar figuras com a credibilidade desfrutada por Cardoso no âmbito de instituições consolidadas como as Universidades, também parece apropriado compreender que, por parte do sociólogo, o espaço oferecido pelo veículo foi visto como uma alternativa para difundir os seus projetos políticos e sua figura de forma mais proeminente no espaço público.

Como apresentado no decorrer do artigo, a confluência de interesses de ambas as partes nem sempre foi plena, mas parece ter aumentado na medida em que a figura de Cardoso despontava como uma importante liderança da política partidária. Assim sendo, dissociar a participação da *Folha* na construção da imagem de Cardoso como uma liderança política parece tão inapropriado quanto compreender a importância de intelectuais e políticos de várias ordens terem legitimado de alguma forma o jornal como um veículo comprometido com o processo de transição democrática. Ao sair do PMDB para ser um dos fundadores do PSDB no ano de 1988, Cardoso realizou um movimento ambíguo – quase contraditório –, pois criticava o seu antigo partido por ter contado com “a adesão de muitos que se beneficiaram dos votos populares, mas não se imbuíram dos objetivos partidários”, na mesma medida que ressaltava os “excelentes serviços à luta democrática” deste, enfatizando que “ainda assim, é inegável que o PMDB foi o eixo da redemocratização” (CARDOSO, 23/06/1988, p.2). Talvez seja neste paradoxo que resida uma possível síntese da nossa redemocratização: uma democracia feita sem comprometimento ou participação do povo e com agentes do governo, da mídia e da *oposição consentida* como seus articuladores.

## Referências

- BEAL, Marcos Antônio. **Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2015
- CARDOSO, Fernando Henrique In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1976 a 1988  
\_\_\_\_\_. **A democracia necessária**. Campinas: PAPIRUS, [1985].
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-RJ, 2006.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: o papel da imprensa no processo de redemocratização – a *Folha de São Paulo* em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.72-107
- MUNHOZ, Sidnei José. **A ordem do “caos” contra o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo, 1983**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1989
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, nº45, set/dez, 2010.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar eu processo de abertura política no Brasil,1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4)
- TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOOD, Ellen. Democracia e capitalismo In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.